

painel



Ano XIV nº 196 julho/2011 Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto



A ORDEM É DECOLAR

O Aeroporto Leite Lopes precisa de investimentos que dêem conforto e suportem o aumento do fluxo de passageiros, diz Cláudio Alves, engenheiro do ITA.

■ SEMANA DE ARQUITETURA
E URBANISMO
Evento acontecerá em agosto

■ SEMANA DO MEIO
AMBIENTE
Veja o resumo das palestras

■ CONFERÊNCIA ETHOS 2011
Instituto propõe uma
“nova economia”

Impressões de grande porte

Impermeáveis para ambiente inn door e out door.

em Lona, Adesivo, tecido e papel

Serviço de entrega e coleta
de produtos e serviços.

www.linostrambi.com.br

Rua São Sebastião, 820

Fone: 16-3877-2055

Rua Marechal Deodoro, 1976 cj03

Fone: 16- 3913-4345

Ribeirão Preto - SP

Lino  **Strambi**

EVOLUINDO COM VOCÊ



Eng.º Civil João Paulo
S. C. Figueiredo

Na década de 1970, quando os primeiros conjuntos habitacionais do Complexo Aeroporto foram construídos, a preocupação central das autoridades do município era com a duplicação da rodovia Anhanguera. Quando íamos à São Paulo, ainda enfrentávamos longas distâncias em pista simples de uma já movimentada rodovia. As autoridades não se preocupavam em como voar, mas sim em como chegar por terra até Ribeirão Preto. O Aeroporto Leite Lopes tinha uma pista de 1.800 metros, que foi ampliada para os atuais 2.100 metros em 1996. E foi então que a polêmica começou.

Os debates acerca da ampliação e/ou internacionalização do aeroporto, parecem movidos a paixão. E este ambiente não permite outra postura senão a da razão. As recentes (e tristes) experiências vividas no país, dão a medida exata da responsabilidade com que se tem que tratar o encaminhamento das discussões pertinentes ao assunto (ampliação, modernização e internacionalização do Aeroporto Leite Lopes em Ribeirão Preto).

Nós da AEAARP, temos a responsabilidade de entrar neste debate. Porém, mais do que isso, temos o dever de qualificá-lo. Com este objetivo, nos dispusemos a promover em nossa entidade, discussões de caráter técnico, que possam nos auxiliar a embasar nosso posicionamento em relação ao tema.

Nesse sentido, promovemos reuniões com profissionais qualificados da área Aero-náutica, como o engenheiro Horácio Forjaz, que foi vice-presidente da Embraer e é um técnico extremamente respeitado nacional e internacionalmente e que aqui esteve, em reunião com profissionais da nossa entidade, para discutir o assunto. Ampliamos a discussão, com uma palestra proferida pelo também engenheiro Cláudio Alves, professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que qualificamos como esclarecedora e motivadora.

Nesta edição da revista Painel, nós reportamos o conteúdo daquela palestra, que reuniu engenheiros, arquitetos e agrônomos interessados em adquirir conhecimentos sobre o tema.

Para nós, portanto, o que interessa é a viabilidade técnica da ampliação do aeroporto, respeitadas as condições de segurança e conforto dos usuários e dos ocupantes do seu entorno. Não nos interessam disputas de interesses estranhos ao tema, que possam estar entranhados nas discussões, fazendo parecer que se trata da opção pelo bem ou pelo mal. Portanto, pretendemos dar seguimento a essas reuniões, por entendermos que dessa forma, nos colocamos mais uma vez à disposição dos interesses do município.

Eng. civil João Paulo de Souza Campos Figueiredo
Presidente





Índice

ESPECIAL	05
Aeroporto	
PONTO DE VISTA	10
Leite Lopes – o aeroporto de Ribeirão Preto	
INDICADOR VERDE	12
SEMANA DE ARQUITETURA E URBANISMO	13
Será em agosto	
SEMANA DO MEIO AMBIENTE	14
Ar, solo, água e meio ambiente	
CREA-SP	19
CREA SP promoveu Audiência Pública sobre as Obras da Copa 2014	
MEMÓRIA	20
Acervo de Lina Bo e Pietro Bardi será disponibilizado na web	
ARTIGO	22
Segurança jurídica para agropecuária	
SUSTENTABILIDADE	24
Desenvolvimento sustentável na Conferência Ethos 2011	
CIDADES	25
O novo DNA do lixo	
NOTAS E CURSOS	26

Rua João Penteado, 2237 - Ribeirão Preto-SP - Tel.: (16) 2102.1700
Fax: (16) 2102.1717 - www.aearp.org.br / aearp@aearp.org.br

João Paulo de Souza Campos Figueiredo
Presidente

Geraldo Geraldi Junior
1º Vice-presidente

Arlindo Antônio Sicchieri Filho
2º Vice-presidente

DIRETORIA OPERACIONAL

Diretor Administrativo: Hugo Sérgio Barros Riccioppo
Diretor Financeiro: Elpidio Faria Júnior
Diretor Financeiro Adjunto: Luis Carlos Bettoni Nogueira
Diretor de Promoção da Ética de Exercício Profissional: Tapyr Sandroni Jorge
Diretor Ouvidoria: José Anibal Laguna

DIRETORIA FUNCIONAL

Diretor de Esportes e Lazer: Edes Junqueira
Diretora de Comunicação e Cultura: Giulio Roberto Azevedo Prado
Diretor Social: Ronaldo Martins Trigo
Diretor Universitário: Hirlandes Alves

DIRETORIA TÉCNICA

Agronomia, Agrimensura, Alimentos e afins: Callil João Filho
Arquitetura, Urbanismo e afins: Marta Benedini Vecchi
Engenharia e afins: Paulo Henrique Sinelli

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Roberto Maestrello

Arlindo Clemente Filho
Carlos Eduardo Nascimento Alencastre
Dilson Rodrigues Caceres
Edgard Cury
Eduardo Eugênio Andrade Figueiredo
Fernando Ferrucio Rivaben
Gilberto Marques Soares
Hideo Kumasaka
José Mario Sarilho
José Roberto Scarpellini
Léo Gomes de Moraes Junior
Luci Aparecida Silva
Luiz Gustavo Leonel
Marco Antônio Pinheiro
Nelson Martins da Costa
Ricardo Aparecido Debiagi
Sérgio Luiz Coelho
Wilson Luiz Laguna

CONSELHEIROS TITULARES DO CREA-SP REPRESENTANTES DA AEAARP

Câmara Especializada em Engenharia Civil: Wilson Luiz Laguna
Câmara Especializada em Engenharia Mecânica: Giulio Roberto Azevedo Prado
Câmara Especializada em Engenharia Elétrica: Tapyr Sandroni Jorge

REVISTA PAINEL

Conselho Editorial: Maria Inês Cavalcanti, José Anibal Laguna, Giulio Roberto Azevedo Prado e Hugo Sérgio Barros Riccioppo - conselhoeditorial@aearp.org.br

Coordenação Editorial: Texto & Cia Comunicação – Rua Joaquim Antonio Nascimento 39, cj. 24, Jd. Canadá, Ribeirão Preto SP, CEP 14024-180 - www.textocomunicacao.com.br
Fones: 16 3916.2840 | 3234.1110 - conialo@textocomunicacao.com.br

Editores: Blanche Amâncio – MTb 20907 e Daniela Antunes – MTb 25679
Colaboração: Jousy Mirelli – MTb 34718

Publicidade: Promix Representações - (16) 3931.1555 - revistapainel@globo.com
Adelino Pajolla Júnior / Joice Alves

Tiragem: 2.700 exemplares
Localização e Eventos: Solange Fecuri - (16) 2102.1718
Editoração eletrônica: Mariana Mendonça Nader - mariana.nader@terra.com.br
Impressão e Fitolito: São Francisco Gráfica e Editora Ltda.
Foto capa: Fernando Battistetti.

Painel não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados. Os mesmos também não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Horário de funcionamento

AEAARP	CREA
Das 8h às 12h e das 13h às 17h	Das 8h30 às 16h30
Fora deste período, o atendimento é restrito à portaria.	

Aeroporto





Cláudio Jorge Pinto Alves

A variação do fluxo de passageiros nos aeroportos brasileiros é maior do que a capacidade de as cidades se planejarem. Quem diz isso é um dos maiores especialistas do tema no país, o engenheiro Cláudio Jorge Pinto Alves, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Ribeirão Preto é um dos mais perfeitos exemplos da rapidez no crescimento do fluxo. Em maio de 2010, 245.538 passageiros passaram pelo terminal de Ribeirão Preto. No mesmo mês de 2011 foram 487.666 passageiros. Os números são do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (DAESP). O novo terminal foi inaugurado recentemente e já dá sinais de que nasceu obsoleto e insuficiente.

No contexto geral de um aeroporto, a pista representa uma parte de uma grande engrenagem. A correta denominação para um lugar onde existe somente uma pista é aeródromo, termo aeronáutico que, na definição do dicionário Houaiss, é um “espaço delimitado, geralmente em terra, provido de relativa infraestrutura para o pouso e decolagem de aeronaves destinadas ao transporte de passageiros

ou de cargas diversas”.

Um aeroporto consiste em uma infraestrutura complexa, que inclui as vias de acesso, o tipo de transporte que os passageiros utilizam para acessá-lo, conforto e disposição da área de check-in, desembarque de bagagens, o comércio que se instala ali e até mesmo o espaço que cada passageiro ocupa no saguão. Todos esses itens, na avaliação de Cláudio Alves, precisam ser melhorados no aeroporto de Ribeirão Preto.

Alves esteve na cidade a convite da AEAARP para uma conversa com técnicos da entidade, que incluiu os secretários municipais Abranche Fuad Abdo e Fernando Piccolo, de Obras e Planejamento, ambos filiados à Associação.

Ele explicou que é necessário definir, em primeiro lugar, a vocação e destinação do terminal de Ribeirão Preto. E é necessário fazer isso sem paixões. Alves contou a história do aeroporto de São José dos Campos que tornou-se um terminal de cargas há alguns anos e

teve de rever o conceito, uma vez que o lugar não recebeu o fluxo de transporte de carga que era esperado. Hoje aquele aeroporto é destinado à aviação industrial, militar e regional.



Fernando Piccolo

O comprimento, peso e tipo de aeronaves que utilizam a pista de um aeroporto são o que define sua extensão. Os fatores que limitam a operação de um aeroporto são o pátio, onde as aeronaves são manobradas na chegada e na saída, e o terminal, por onde as pessoas circulam. Além disso, a localização, temperatura e

O crescimento acelerado trouxe para a infraestrutura aeroportuária desafios de capacidade já em 2009

Utilização na hora-pico para pista/pátio e no ano para TPS

■ Com restrições hoje
■ Com restrições até 2030
■ Sem restrições até 2030

Estado	Aeroporto	Lado ar¹			Lado terra
		Pista DECEA	Pista ITA	Pátio²	TPS
SP	Guarulhos	Até 2030	Até 2030	Saturado	Saturado
	Congonhas	Limitado	Até 2014	Saturado	Saturado
	Viracopos	Até 2020	Até 2020	Até 2014	Até 2014
RJ	Galeão	Até 2030	Até 2030	Saturado	Até 2030
	Santos Dumont	Até 2030	Até 2030	Saturado	Até 2030
BH	Confins	Até 2030	Até 2030	Até 2020	Saturado
	Pampulha	Até 2030	Até 2030	Até 2014	Até 2014
Demais	Brasília	Até 2030	Até 2030	Saturado	Saturado
	Porto Alegre	Até 2030	Até 2030	Até 2030	Saturado
	Curitiba	Até 2030	Até 2030	Até 2030	Até 2020
	Recife	Até 2030	Até 2030	Até 2030	Até 2020
	Salvador	Até 2020	Até 2030	Saturado	Até 2014
	Fortaleza	Até 2030	Até 2030	Saturado	Saturado
	Manaus	Até 2020	Até 2030	Até 2020	Até 2030
	Cuiabá	Até 2030	Até 2030	Saturado	Saturado
	Natal	Até 2030	Até 2030	Saturado	Até 2014
	Florianópolis	Até 2030	Até 2030	Saturado	Saturado
	Vitória	Até 2030	Até 2030	Saturado	Saturado
	Belém	Até 2030	Até 2030	Até 2014	Até 2030
Goiania	Até 2030	Até 2030	Saturado	Saturado	

1 Considera mesmo nível de crescimento tanto para aviação geral quanto para aviação regular

2 Não considera equipamento para movimentação de passageiros (ex: ônibus, escada) que podem afetar o nível de serviço percebido pelos passageiros

FONTE: ITA, análise de equipe

McKinsey & Company | 19

incidência de vento também são fatores a serem avaliados para definir a extensão da pista.

Alves considera que o Leite Lopes é bem localizado. “Não é ‘jogável’ fora”, diz. O local onde está instalado oferece conforto para o acesso, uma vez que está às margens da Rodovia Anhanguera, e o trajeto das aeronaves para pousos e decolagens preserva a cidade. O fluxo de pessoas é mais um indicador analisado por Alves, e no aeroporto de Ribeirão Preto este índice cresce com mais velocidade do que em todos os outros aeroportos paulistas administrados pelo DAESP. O Leite Lopes é um aeroporto doméstico com volume de tráfego comparável ao de capitais como Goiânia (GO) e Vitória (ES).

Novo ânimo

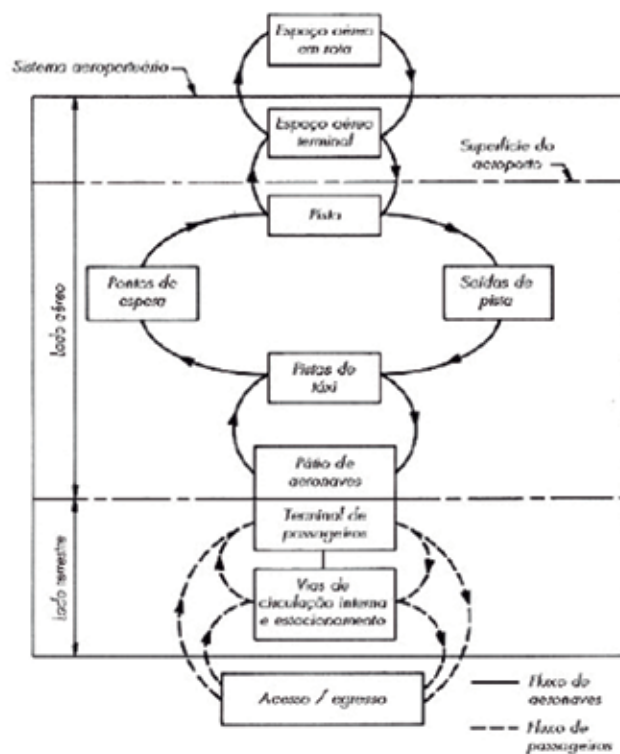
O engenheiro Fernando Piccolo, secretário do Planejamento, diz que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre DAESP, Prefeitura Municipal e Ministério Público em 2008, é o que ainda freia os investimentos no Leite Lopes. O documento impede a ampliação do aeroporto e está sendo contestado.

Simulações da prefeitura indicam que a ampliação da pista, que é a questão mais polêmica da disputa atual, pode ser feita sem causar grandes alterações

de tráfego e com investimento relativamente baixo.

“Não precisa fazer viaduto”, mostra Piccolo, referindo-se a uma das tantas possibilidades já exploradas por técnicos, políticos e veículos de comunicação. Para aumentar 300 metros na pista, que hoje tem 2.100 metros, ele aponta em direção à área do Jockey Club, que ocupa uma parte do Parque Permanente de Exposições. O Jockey é uma área particular que precisa ser desapropriada, assim como os 50 metros ao longo do muro que separa o bairro ao lado da pista. As desapropriações são de responsabilidade do DAESP. Piccolo mostrou também que há área disponível para ampliar o terminal e o estacionamento. Ele acrescenta o novo estudo da curva de ruídos, que está sendo elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), como o segundo entrave para as alterações necessárias no aeroporto.

Esquema de organização de um aeroporto



Piccolo considera que as curvas de ruído estabelecidas anteriormente levavam em consideração aeronaves obsoletas, que não estão em operação, como aquelas usadas pela empresa Varig. O secretário afirma que as informações de Alves trouxeram novo ânimo ao projeto que pretende fazer do aeroporto de Ri-



João Paulo Figueiredo



Abranche Fuad Abdo



Ivo Colicchio Jr.



Luis Gustavo Leonel



José Anibal Laguna

Reconhecimento

O engenheiro Horácio Forjaz, membro do Conselho Diretor da SAE BRASIL e ex-vice-presidente da Embraer, é o mais novo brasileiro a receber o SAE Fellow, o mais alto grau de adesão concedido pela SAE International. O título é um reconhecimento ao mérito por engenharia notável, obras científicas e/ou liderança individual, com resultados em avanços significativos nos setores da mobilidade. Forjaz também tratou do tema com técnicos da AEAARP e participou do encontro com Cláudio Alves.

Criado em 1975, o Programa SAE Fellows distingue em todo o mundo cerca de 20 profissionais a cada ano. No país, quatro outros nomes - todos indicados pela SAE BRASIL - já receberam o título internacional: Luc de Ferran, Carlos Buechler, Ozires Silva e Ferdinand Panik.

“Este reconhecimento por parte da SAE International é fruto de esforços e projetos realizados em equipe e,

por isso, deve ser compartilhado com todos. É um trabalho que para mim tem sido fonte de satisfação renovada”, diz Horácio Forjaz, que faz parte do Conselho Aeroespacial da SAE International desde 2007. Graduado em Engenharia Eletrônica pelo ITA, e mestre em Informática Aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Horácio Forjaz foi engenheiro-chefe e ocupou a vice-presidência da Embraer, depois de ocupar diversas posições nas áreas de engenharia de sistemas e design, período em que esteve envolvido na maioria dos programas de aeronaves da empresa.

SAE International - A SAE International é uma associação global formada por mais de 120 mil engenheiros voluntários, especializados nos mercados aeroespacial, e nas indústrias de veículos automotores e comerciais.

(Fonte: SAE BRASIL)

beirão Preto um local que esteja à altura das necessidades sociais e econômicas do município.

A palestra de Cláudio Alves foi uma injeção de ânimo nas pretensões da prefeitura, que trabalha para que o aeroporto receba investimentos do estado e seja ampliado. Uma das medidas que estão sendo tomadas pelo poder público é a preservação de áreas do entorno. Loteamentos aprovados há pelo menos 20 anos e que avançavam ainda mais sobre a área já foram abortados. Outras áreas, que também são loteamentos, já estão sendo incorporados ao patrimônio do município.

João Paulo Figueiredo, presidente da AEAARP, considera que a necessidade de ampliar a capacidade aeroportuária de Ribeirão Preto deva ser prioridade nos debates entre as autoridades no município com atenção especial aos aspectos técnicos. “Não adianta dizer que o aeroporto pode ou não ser em determinado local. Temos que saber qual é a viabilidade técnica desta decisão”, diz. O presidente da Associação coloca a entidade à disposição dos grupos envolvidos no debate para promover o diálogo. “E todos sabemos que a solução é urgente”.



Técnicos e diretores da associação receberam os especialistas em aviação

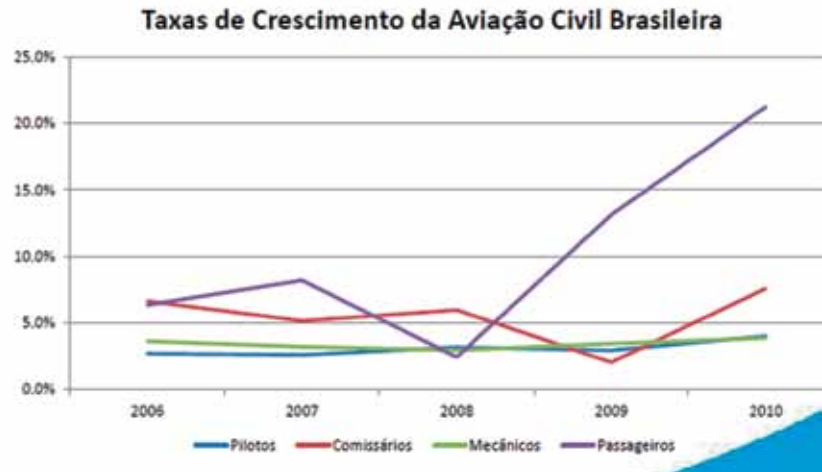
Fernando Piccolo trabalhava na prefeitura municipal quando os primeiros conjuntos habitacionais foram erguidos na região do aeroporto. Naquela época, ele lembra, a preocupação principal dos governantes era com a duplicação da rodovia Anhanguera.



Maestrello, João Paulo Figueiredo e Cláudio Alves

Brasil tem cada vez mais passageiros e menos profissionais

O aumento do fluxo de passageiros em tráfego aeroviário é maior do que o crescimento do número de pessoas que trabalham no setor, como pilotos e mecânicos, e até mesmo o número de aeronaves. Veja na tabela apresentada por Cláudio Alves na AEAARP



Terra & água

A grife da irrigação paisagística e agrícola

O uso inteligente da água

Orçamento e projeto sem compromisso

Visite nosso site:

www.terragua.com.br

RAIN BIRD

Leite Lopes

o aeroporto de Ribeirão Preto



Roberto Maestrello

A polêmica sobre o Aeroporto Leite Lopes se arrasta há mais tempo do que nossa paciência pode suportar. A economia regional poderia ter avan-

çado muito mais se a questão já estivesse solucionada, afinal atraímos investimentos, somos reconhecidos em todo o mundo pela pujança econômica e ficamos atados a discussões que só fazem desviar do rumo do desenvolvimento. Não parece acertado investir muitos milhões de dólares na construção de novo aeroporto em outro local, desprezando a infraestrutura existente no Leite Lopes que poderá ser melhorada e ampliada com muito menos recursos, inclusive reorganizando, para melhor, os bairros lá existentes. Fora o tempo que se perderá, talvez quase duas décadas, naquilo que sequer no papel existe. É desperdício de recursos e ignorância em relação às tecnologias e métodos construtivos disponíveis. Mais absurdo ainda é estacionar a cidade em um tema que há muito deveria ter sido superado, permitindo que todos voássemos alto e em todos os setores produtivos e de utilidades para a população.

Assim, algumas ponderações devem ser consideradas nesta discussão da viabilidade do Aeroporto Leite Lopes:

- Fundado em 1939, antes de qualquer ocupação por moradores, comércio e indústria, possui condições excepcionais de operação, pela sua localização com relação a ventos predominantes, altitude, relevo e inexistência de obstáculos naturais, além de

situar-se ao lado da Rodovia Anhanguera, junto à estrada de ferro, cujo conjunto propicia modal de cargas e passageiros de vital e estratégica importância. Praticamente operável o ano todo, tem condições de expansão para o sul, demandando as áreas do Jockey Clube e do Parque Permanente de Exposições, locais de baixa densidade populacional, distanciando, com isso, as operações dos bairros a norte, proporcionando, assim, maior segurança à população e conforto por ruídos. Pela sua lateral leste, obedecendo-se as curvas de ruído, as desocupações propiciarão grande segurança e conforto aos moradores remanescentes. A instalação de equipamentos de orientação de voo em suas cabeceiras reduzirá os efeitos de ruídos e aumentará a segurança das aeronaves e da população do entorno. Existem recursos tecnológicos disponíveis que, se aplicados, permitirão rapidamente significativa modernização e equiparação aos melhores aeroportos do país e do mundo. O que não pode é ficar como está, pois, sem as ampliações, desapropriações e as modernizações necessárias, a segurança está comprometida para todos.

- No passado e até hoje, as ocupações efetivadas através dos bairros existentes foram planejadas, fomentadas e implementadas pelo poder público municipal com recursos do próprio município e dos governos federal e estadual. As ocupações ilegais, tanto de áreas públicas e institucionais, como as particulares aconteceram pela leniência e morosidade dos poderes públicos. Portanto, os principais responsáveis pelas ocupações são esses poderes e suas autoridades, que têm a tarefa inescapável e intransferível de criar soluções

para corrigir os problemas sociais e de operacionalidade do aeroporto, criados por eles mesmos.

- Os custos de remoção das famílias do entorno, com indenizações justas e responsáveis, bem como a realocação das mesmas, mais as obras de ampliação do sítio aeroportuário com todas as inserções de aumento de pistas, aparelhamento eletrônico, melhorias e ampliações dos pátios, acessos, estação de passageiros, infraestrutura de cargas, facilidades aos usuários, estacionamentos de veículos, adequação e melhorias na infraestrutura urbana, como desvios de avenidas, criação de nova malha de escoamento rápido e sinalizações, são muito menores do que os de construção de um novo aeroporto em outro local, além do tempo demandado, pois é sabido que um novo aeroporto absorverá valores bem acima de um bilhão de reais e demorará perto de 20 anos para sua conclusão e início de operação. Para se ter uma ideia, uma aeronave A-320, que aqui pousa diariamente muitas vezes, custa aproximadamente 70 milhões de dólares e estima-se que gastaríamos no Leite Lopes o valor equivalente a duas a três dessas aeronaves para atingirmos os objetivos acima descritos. Vale lembrar que uma das companhias que fazem uso do nosso aeroporto possui mais de 60 unidades dessa aeronave. Ora, se até agora o nosso poderoso estado de São Paulo, através do DAESP, mais as nossas autoridades não conseguiram realizar verba tão exequível, como será que esses mesmos agentes conseguirão, como num passe de mágica, quantia pelo menos três vezes maior, fora o tempo gasto em todas as outras providências

de projetos, aprovações, licenciamentos e viabilidades, designação de nova área? Isso tudo sendo gasto concomitantemente ao funcionamento do Leite Lopes, que estará demandando reformas, adaptações e modernizações para se manter operacional, uma vez que não podemos ficar sem aeroporto ou mesmo transferir para outras cidades um movimento de quase um milhão de passageiros/ano (estimativa para o ano de 2011). E aí, estanca-se o desenvolvimento da cidade? Como ficamos? Não seria melhor investir na realidade, no existente? Por que será que castelos de areia seduzem tanta gente? Parece-nos que o problema é mais de falta de atitude do que de qualquer outra coisa.

- Enganam-se aqueles que acham que um novo aeroporto, afastado dos bairros e da população, assim permaneça, pois aeroporto é gerador de oportunidades, irradiador de riquezas, atrativo para pessoas e empreendimentos. Existem centenas de exemplos a serem citados no mundo inteiro, porém, só para ficarmos por aqui, vide os casos de: Congonhas, Guarulhos, Viracopos e do próprio Leite Lopes. Todos eles nasceram nos arredores das cidades, em áreas remotas e isentas de empreendimentos e população. Poucos anos em operação e as pessoas e empresas foram chegando e se beneficiando das múltiplas oportunidades geradas, que vão desde simples atividades até grandes empreendimentos de logística, segurança, engenharia ou outras, além das habitações que as pessoas vão implementando, pelas facilidades de se morar perto dos empregos e das ocupações, por especulação ou, muitas vezes, pelo fator advindo dos ganhos de votos pelos políticos em contrapartida das ações de instalação de bairros e pela leniência das autoridades nas ocupações ilegais e irregulares.

Com certeza, se novo sítio aeroportuário for criado em local remoto, ao anúncio da nova área, as ocupações vão ocorrer certamente. A avalanche se dará através de líderes comunitários, especuladores e outros que imediatamente lá estarão, ficando

seus bastiões, em áreas institucionais, áreas verdes, particulares, desafiando as leis (cuja vigilância não tem tido a efetividade requerida por parte das autoridades de plantão) para no futuro reclamarem novamente a saída do aeroporto daquele local, pelo “perigo” que representa para as famílias lá instaladas, criando novamente o mesmo problema social.

- A escolha de um aeroporto, sua localização e tamanho, necessita de estudo aprofundado (que envolve muita gente de alto gabarito técnico de muitas engenharias, e também dos meios social, econômico e financeiro), de uma série de variáveis complexas, que vão desde a análise de ventos predominantes, obstáculos naturais e construídos, tipo de solo, geologia e topografia da região, passando pela inserção em local que respeite as rotas aéreas, as vias de ligação de porte a suportar comunicação rápida, segura e confortável com o centro ou centros urbanos do entorno, com outros modais, além das pistas, da estação de passageiros, dos pátios de operações e estacionamento de aeronaves, das pistas auxiliares, dos postos de abastecimentos de combustíveis, dos hangares de manutenção, dos escritórios, dos locais de checagem de passageiros, bagagens, dos tipos de aeronaves que operarão, da vocação de transportes (passageiros e/ou cargas) etc., dispensando-se as escolhas apaixonadas e partidárias.

- Enganam-se aqueles que acham que um aeroporto internacional na região, fora do município de Ribeirão Preto, daria na mesma para a nossa cidade, pois os recursos advindos dos impostos e taxas seriam canalizados para outro município e assim mais uma vez Ribeirão Preto continuaria sendo o grande fornecedor de facilidades aos municípios do entorno sem praticamente nenhuma geração de recursos advindos da própria atividade aeroportuária, para compensar a ocupação intensa de sua infraestrutura que, em última análise, é bancada unicamente pelos munícipes. Não podemos nos esque-

cer que uma cidade do porte de Ribeirão Preto, importante centro de uma região rica, com população fixa de mais de 600 mil habitantes e uma flutuante da ordem de mais de 200 mil, necessita de arrecadação a altura para suportar as expansões e as demandas de uma verdadeira metrópole, cujos problemas crescem em progressão geométrica, ainda mais com um aeroporto internacional “nas proximidades”. É bom não nos esquecermos de que o município vive de arrecadação e os serviços à população custam dinheiro!

- Sobre a viabilidade do Leite Lopes, temos visto palpites, os mais diversos, emitidos sem o devido conhecimento técnico por leigos, por profissionais de outras áreas, líderes de facções partidárias, visando promoção pessoal ou ingênuos, e por certas autoridades que não deveriam emitir suas opiniões pessoais no uso de suas atribuições de ofício. Erram os que propalam que o Leite Lopes é inviável baseados em “estudos técnicos”, até hoje desconhecidos por nós da comunidade tecnológica. Os estudos oficiais, de conhecimento de todos, encomendados pelo DAESP e encaminhados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, em audiência pública, mostram claramente a viabilidade técnica da ampliação do aeroporto, contemplando todos os itens de segurança, reorganização urbana e obediência às curvas de ruído para conforto dos cidadãos. Além do que, com as ampliações, haverá aumento de segurança e melhoria das condições de conforto dentro dos parâmetros estabelecidos por todas as organizações mundiais. Com o aumento devido do sítio aeroportuário previsto no projeto de ampliação, que contempla pista principal 3.700 m, mais todas as outras obras dentro da área do aeroporto e a realocação das populações, a reorganização do sistema viário e a remodelação e modernização do organismo urbano, teremos uma nova região, com um aeroporto equiparado aos melhores do mundo, suficiente para absorver a demanda pelos próximos 30 ou 40 anos.

- Em relação a polemica advinda do acordo de limitação do comprimento da pista do Leite Lopes, assinado em 2008 entre o Ministério Público Estadual e o DAESP, na ação civil pública que correu na 2ª Vara da Fazenda local, onde os signatários da Promotoria têm sustentado intransigentemente que o mesmo não pode sofrer revisão, aprende-se pelas próprias palavras do juiz João Gandini, titular daquela vara à época, que *“o prazo para que o Estado queira entrar com uma ação anulatória do acordo, ou mesmo uma revisão – que pela lei é de dois anos – passou a contar a partir de outubro do ano passado”* (de acordo com reportagem do Jornal A Cidade de 29/03/2011: “Acordo pode ser questionado até 2012”).

Ainda, conforme a matéria do Jornal A Cidade de 02/03/2011, “a revisão do referido acordo, independentemente da posição do Ministério Público, é possível, segundo o ex-ministro da Justiça Saulo Ramos, que afirma que todo acordo pode ser revisto. Segundo ele, que adiantou não conhecer detalhadamente o acordo entre o DAESP e o MP, se trata de ‘direito institucional do povo, no caso, ao direito da cidade em redimensionar seu aeroporto para atender às necessidades novas do tráfego aéreo. Esse direito é indisponível’. Qualquer acordo que elimine tal direito tem ‘nulidade absoluta, comportando o respectivo pedido de declaração dessa nulidade pelo Poder Judiciário’”.

Ainda, o acordo, firmado por partes que não incluíam a prefeitura do município, através do prefeito municipal, que é parte legítima e principal, com procuração, através do voto direto da população, para representá-la, não nos parece sustentável, pois agentes externos decidiram, sabe-se lá com que interesses, o destino de um bem inserido no município, cujo uso e ocupação, respeitadas as leis estaduais e federais, devem atender aos anseios do município, que não foi parte consultada. Em outras palavras, “os de fora fizeram festa em nossa casa, e não nos convidaram.”

Nesse sentido se manifesta o advoga-

do Feres Sabino, no Jornal A Cidade de 22/03/2011 em Opinião do Leitor: “Essa definição política de que não se pode ampliar o Aeroporto Leite Lopes, nem internacionalizá-lo, não pode reservar ao Ministério Público qualquer protagonismo, porque ele deve ser, no caso, mero coadjuvante, na escala da ordem jurídica brasileira. Seu controle da legalidade vem depois”.

Mais além, diz: “O espaço do Aeroporto, independentemente de sua propriedade física, está inserido no território do município, e sobre ele a política de ocupação e desenvolvimento é ditada pela Prefeitura e pela Câmara Municipal, não é pelo Ministério Público, que deve reservar-se, rigorosamente, à descrição funcional devida a toda autoridade não eleita pelo voto popular. E aquela justificativa de que a Instituição defende a sociedade – se é verdadeira – não autoriza esse tipo de atuação. Esse Termo de Ajustamento contém esse vício insanável. E não estando ele integrado com a presença obrigatória da entidade política que representa o município, ele é juridicamente nulo, o que vale dizer, imprestável”.

- Finalmente, a vocação do nosso aeroporto está claramente demonstrada como a de um grande aeroporto regional doméstico, que poderá também gerar cargas, pelo movimento ascendente de passageiros havido nos últimos anos. No ano passado quase 500.000 passageiros e, em 2011, pela casa de 1 milhão, o que o equipara a importância de aeroportos de várias capitais brasileiras.

Estas e muitas outras razões nos fazem crer que o Leite Lopes e seu entorno modificados, dentro das premissas acima ponderadas, é a melhor solução para o transporte aéreo de nossa região.

Olvidar este fato e postergar sua modernização e adoção como verdadeiro agente de desenvolvimento é parar no tempo e perder oportunidades irrecuperáveis.

Roberto Maestrello

Engenheiro civil, engenheiro de Segurança do Trabalho e agrimensor, é presidente do Conselho Deliberativo da AEAARP.

Indicador verde

Energia I

Estudos mostram o crescimento do mercado e dos investimentos de energia no mundo, revelando que as fontes limpas estão competitivas, especialmente em países em desenvolvimento.

Energia II

O Greenpeace Internacional fez um balanço do mercado dos últimos 40 anos, apelidado de Revolução Silenciosa. Apesar dos combustíveis fósseis continuarem em aumento, tanto em novas instalações, como em participação na subida de emissões de gases estufa, eólica e solar foram as energias que, em ritmo, mais cresceram no mundo nos últimos 10 anos – em torno de 430 mil MW.

Energia III

Entre 2000 e 2010, revela o estudo, 26% de todas as centrais elétricas que surgiram no mundo foram de renováveis, especialmente eólica. Outros 42% foram térmicas à gás, 2% nuclear e o restante, térmica. Os 475 mil MW de incremento de energias fósseis no período, 78% dele na China, contabilizaram um total de 55 milhões de toneladas de CO2 emitidos no mesmo período.

Fonte: Greenpeace

Semana de Arquitetura e Urbanismo será em agosto



A AEAARP fará em agosto a 2ª Semana de Arquitetura e Urbanismo. As palestras, que acontecerão sempre no período noturno, terão como foco as ferramentas e métodos para o exercício profissional. O objetivo é atrair jovens profissionais e estudantes de Arquitetura.

Marta Vecchi, diretora de Arquitetura da AEAARP e coordenadora do evento, observa que o mercado de trabalho exige conhecimentos e métodos que algumas vezes não são oferecidos pelas universidades. “Nós ofereceremos essas

ferramentas”, informa.

A expectativa é a de que participem estudantes de todas as faculdades de Arquitetura de Ribeirão Preto nos cinco dias de evento, de 22 a 26 de agosto. Todas as palestras acontecerão na sede da AEAARP – Rua João Penteado, 2237. Em 2010, primeiro ano do evento, cerca de 800 pessoas participaram das palestras.

A arquiteta Gabriela Celani, docente da UNICAMP, e o engenheiro agrônomo Marcos Vieira Ferraz, da UNESP de Jaboticabal, já confirmaram suas partici-

pações em palestras durante o evento. As inscrições podem ser feitas no site www.aeaarp.org.br.

Serviço

2ª Semana de Arquitetura e Urbanismo

Data: de 22 a 26 de agosto

Local: Sede da AEAARP

Rua João Penteado, 2237

Horário: a partir das 19h30

www.aeaarp.org.br

MasterPlot

COPIADORA

www.masterplot.com.br

Serviço de retirada e entrega grátis!

(16) 3914-3557 - 3236-2947

A sua copiadora completa!



Impressões CAD e GIS
com sistema de Tintas HP
resistentes a respingos de água



Impressão a Laser - Colorida e P/B - A4 - A3
Plotagem P/B e Colorida - Todos os tamanhos
Fotocópias Gigantes ampliadas ou reduzidas
Scanner colorido até tamanho A0
Plastificação e laminação em gdes formatos
Xerox comum e encardenações

plotagem@masterplot.com.br

Ar, solo, água e meio ambiente



Muitas experiências para compartilhar.



A programação da 5ª Semana do Meio Ambiente tratou de políticas e tecnologias desenvolvidas para o manejo sustentável dos recursos naturais.

O engenheiro civil Paulo Sinelli foi o coordenador técnico do evento com o apoio da engenheira ambiental Mariana Chiariello Barbosa. Veja o resumo das palestras. O texto completo está disponível no site www.aeaarp.org.br.

 **Ambient**
Grupo OHL

 Associação
Brasileira de
Cimento Portland
75 anos

 CGR Guataparã
Centro de Gerenciamento de Resíduos

 **COOPERAR**
ENGENHARIA AMBIENTAL

MEIO AMBIENTE

Governança ambiental: reconhecimento, mensuração e evidência dos benefícios e impactos ambientais

Amaury José Rezende,
docente da FEA/USP

A palestra que abriu a Semana de Meio Ambiente da AEAARP mostrou modelos e metas que devem ser seguidos pelas empresas que querem ser economicamente rentáveis e ambientalmente responsáveis. Para minimizar o sofrimento com a possível falta dos recursos naturais é preciso saber usá-los. “Não vamos resolver tudo nos próximos 50 anos, mas se fizermos um planejamento das ações poderemos minimizar o prejuízo”, disse Rezende. Segundo ele, é preciso levar em consideração o conceito de que o lixo pode ser alimento e considera muito bom que 95% das latinhas sejam recicladas, mas alerta que é preciso mudar o modelo brasileiro. “É um trabalho subumano. Em outros países reciclar não é só para quem não tem uma opção melhor de renda”. O papel da contabilidade ambiental para mudar o rumo das coisas em nosso país é fundamental. Para ele, é preciso de ações em conjunto, incentivos e desincentivos econômicos em prol do meio ambiente e verificar o que tem

sido feito nas empresas em relação às ações ambientais. O palestrante citou as ações do Wal-Mart e da Gerdau como exemplos.

ÁGUA

Análise de alternativas para sistemas de tratamento de esgoto municipal

Sônia Valle Walter Borges de Oliveira,
FEA-RP-USP

A professora levou até o público da AEAARP explicações sobre um software desenvolvido pela FEA para escolher o melhor sistema de esgoto para um município. Ela mostrou os aspectos gerais da ferramenta, os modelos decisórios, como devem ser aplicados esses modelos, a estimativa de investimento em tratamento de esgoto no Brasil e qual o sistema de menor custo. Os dados levantados na elaboração do software são de 2007 com publicação em 2009. Tais informações relevam que 76% do território nacional têm abastecimento de água e que 39% têm coleta de esgoto sanitário. Apenas 24% têm tratamento de esgoto sanitário. Os números demonstram que na maior parte dos estados que fazem a coleta o esgoto é tratado.

O software traz planilhas pré-dimen-

sionadas das obras e de composição dos cursos (implantação, operação e manutenção) e árvore de decisão com alternativas e termos de custo. A planilha mostra as decisões mais econômicas que podem ser tomadas para um prazo de 20 anos. O software de escolha de sistema de esgoto da FEA avaliou as 27 unidades federativas. Em apenas 27 municípios dos 5.570 não foram identificados modelos decisórios porque a população é superior a 490 mil habitantes e em quatro deles é inferior a 250 habitantes. A professora estima que “para que 83% da população urbana do Brasil tenham esgoto tratado será preciso gastar R\$5.5 bilhões”.

Redução de perdas no abastecimento de água de Ribeirão Preto

Joaquim Ignácio da Costa Neto,
engenheiro civil e diretor
superintendente do DAERP

“Se discute muito que todos os municípios perdem muita água, mas perde-se muito mais na agricultura”. Foi com esta frase que Costa Neto iniciou sua palestra. Ele fez uma radiografia do abastecimento de água de Ribeirão Preto e mostrou que a cidade tem 100% do seu abastecimento subterrâneo, com 177.051 ligações de água. O superintendente explicou que a



João Paulo Figueiredo



Mariel Silvestri



Paulo Augusto Rizzi

perda de água se dá pelo mau uso e em razão de vazamentos. A responsabilidade é compartilhada pelos usuários e o sistema municipal. “Não existe perda zero. O movimento do solo ocasiona vazamento nas juntas da rede, os vazamentos das tubulações também acontecem por causa de corrosão e deterioração. O que podemos fazer é minimizar os prejuízos”, explicou. O DAERP utiliza equipamentos e técnicas para reduzir as perdas, como geofone eletrônico, troca preventiva de ramais. E métodos mais convencionais, como a troca de tubulação por valas.

SOLO

Gestão integrada com base na política nacional de resíduos sólidos

Valdir Schalch,
da Escola de Engenharia de Santa Catarina

A palestra começou com uma explanação sobre os aspectos da política nacional em consonância com a política nacional dos solos. O professor mostrou a importância de as empresas se adequarem às definições de resíduos sólidos das normas da ABNT e da NBR, que diferem em alguns aspectos. Schalch ressaltou a importância da gestão e do gerenciamento

dos resíduos sólidos, mostrando que o primeiro é um conjunto de normas e diretrizes que regulamentam os arranjos institucionais, os instrumentos legais e os mecanismos de funcionamento. Já o segundo é a realização do que a gestão delibera. “Cada município terá que ter sua gestão. É preciso começar a pensar nisso”, disse ele. Além de exemplos ambientalmente viáveis para a coleta de lixo nos municípios do Brasil, Schalch mostrou a divisão dos resíduos sólidos quanto à origem, indicou gestões de separação e falou sobre os incentivos que o governo federal tem para as gestões bem elaboradas.

Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e suas interfaces com saneamento básico e o setor privado

Paulo Henrique Bellingieri,
engenheiro civil e diretor da Reusa Conservação Ambiental

O engenheiro mostrou os passos de um planejamento de gestão e apresentou como é feita a arquitetura de um planejamento. Primeiro, enfatizou que a gestão integrada municipal de resíduos sólidos deve ter como referência a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Bellingieri falou sobre a PNRS, que destinará R\$ 70 milhões para os municípios que querem ter uma gestão controlada de resíduos. Mas, segundo o engenheiro, para receber a verba é preciso verificar as prioridades. Os municípios devem ater-se à coleta seletiva, participação cooperativa e outras formas de associação, além de consórcios intermunicipais ou outras formas de associações. O prazo para o acesso aos recursos, incentivos e financiamento feitos pela União será dia 2 de agosto de 2012.

Preservação Ambiental em aterro sanitário

Mauro Picinato,
gestor da CGR Guataparé

“O programa de resíduos sólidos é mundial. Mesmo que não seja já, a sociedade brasileira precisará passar por uma evolução muito grande com relação à sua cadeia de reaproveitamento de reciclagem e reutilização”, disse Mauro Picinato. O engenheiro explicou tudo sobre o que é e como funciona um aterro sanitário e apresentou as técnicas que são utilizadas nos manejos dos aterros. A palestra mostrou também quais são os principais problemas com a destinação inadequada: aspectos sanitários (vetores e odores), aspectos ambientais (dissemi-



Paulo Henrique Sinelli



Paulo Bellingieri



Amaury José Rezende

nação de doenças, contaminação do solo e das águas subterrâneas e os aspectos sociais (favorecimento da presença de catadores). De acordo com o palestrante, a CETESB definiu indicadores de qualidade para monitoramento e acompanhamento dos resíduos, os Índices de Qualidade de Resíduos - IQR e IQC. “No estado de São Paulo mais de 80% de todos os resíduos são adequadamente destinados. Mesmo assim ainda temos muitos problemas. Temos que ressaltar que o cenário no Brasil é bem diferente disso”, explica.

AR

Licenciamento e ações de controle da poluição do ar

Marcos Artuzo,
gerente regional da CETESB

De acordo com Marcos Artuzo, o licenciamento ambiental é a mais consistente ferramenta na busca pela sustentabilidade do meio físico e da qualidade de vida. O engenheiro explicou em sua palestra a missão da CETESB. Ele disse que a Companhia se antecipou em utilizar o licenciamento ambiental no estado primeiramente pela preocupação com a água. Mas logo veio a necessidade da preocupação com o ar, por conta da

grande concentração de indústrias. Esse licenciamento tem como base a legislação de 1976, ainda vigente.

Segundo o gerente regional da CETESB, é preciso acelerar o licenciamento de fontes que não teriam uma contribuição significativa com relação à qualidade do meio (ar, água e solo). A palestra mostrou como funciona o Sistema de Licenciamento Simplificado (SILIS), já disponível em Ribeirão Preto e Sertãozinho.

Gestão de gases de efeito estufa em eventos

Mariana Chiarello Barbosa,
engenheira ambiental e diretora da Cooperar

Ela explanou sobre os passivos deixados em uma região por um determinado evento onde as empresas se instalam, fazem seus negócios e vão embora deixando para trás danos graves ao meio ambiente. “As pessoas nem veem isso como prejuízo, já que esses eventos costumam gerar a economia da cidade, empregar e até entreter a população”, explica. Segundo a engenheira, dados e estudos sobre os gases do efeito estufa são muito recentes. “Hoje em dia, os empresários estão conseguindo ver o cuidado com o meio ambiente, além da oportunidade de bons negócios.



Joaquim Ignácio da Costa Neto



Marcos Artuzo



PRONTO AÇO
AÇO ARMADO - TRELIÇA - TELA - PREGO - ARAME

Solução em aço armado



Visite nosso site e monte seu orçamento

Aceitamos Construcard/BNDES

Rua Rafael Andreolli, 1180
Distrito empresarial
Ribeirão Preto - SP
Fone: (16)3441-0100
prontoaco@prontoaco.com.br



Antônio Duarte Nogueira Jr



Mariana Chiariello Barbosa



Mauro Picinato

Eles estão vendo como uma ferramenta institucional importante e indispensável no desenvolvimento de suas atividades”, disse. O inventário de um evento tem cinco princípios: aplicabilidade, que deve servir nas decisões internas e externas da empresa; integralidade, para registrar e comunicar as fontes e atividades; consistência, para utilizar metodologias competentes para comparar as emissões ao longo do tempo; transparência nos métodos, referências e auditorias; e exatidão, já que trabalha com a redução de incertezas.



AEARP recebe o deputado federal Antônio Duarte Nogueira

MEIO AMBIENTE

O novo Código Florestal

Antônio Duarte Nogueira, engenheiro agrônomo e deputado federal

O Código Florestal, segundo deputado federal, envolve um grande número de pessoas, de espaços e de interesses. Sua

palestra começou contando a história do primeiro Código, instituído em 1934, no governo de Getúlio Vargas. Ele contou como foi redigido o novo Código. Segundo ele, esta legislação a ser aprovada pelo Senado visa ao equilíbrio dentro dos recursos naturais, mas tem que interferir diretamente nas áreas de plantio do

Brasil. Nogueira mostrou números para provar que sua afirmação tem fundamento. Ele contou que na primeira série histórica da Conab, de 1976 a 77, o Brasil colheu 46 milhões de toneladas, uma produção média de 1.230 kg/hectare. Já a safra desse ano é de 167 milhões de toneladas, cerca de 3.200 kg/hectare. “Triplicamos a produção e houve um aumento de 28% da área plantada. Uma verticalização na agricultura”. E concluiu: “Como engenheiros nós temos por responsabilidade projetar de acordo com a linha do tempo. Vamos ter que produzir mais; não só alimentos. Precisamos de mais fibras, energia limpa obtida através de combustíveis renováveis. O Brasil, por suas características, vai ser um dos principais players do mundo”.



Valdir Schalch



Sônia Valle Walter Borges de Oliveira



CREA SP promoveu Audiência Pública sobre as Obras da Copa 2014

O CREA-SP promoveu em junho a Etapa São Paulo das Audiências Públicas do Sistema, que acompanham as obras e ações para a Copa FIFA 2014. Na cerimônia de abertura, o ministro do Esporte, Orlando Silva, afirmou: "Vocês podem ter certeza de uma coisa: estou atento às manifestações dos profissionais da área tecnológica".

Todos os Presidentes dos CREAs participaram da Audiência Pública-Etapa São Paulo ao lado do prefeito de São Paulo, engenheiro civil Gilberto Kassab, do vereador Netinho de Paula, primeiro secretário da Câmara de Vereadores, representando o seu presidente, da engenheira Keiko Obara Kurimori, pre-

sidente da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas no Estado de São Paulo (ABEA/SP) e vice-prefeita de Lins, do vereador Jamil Murad, membro da Comissão de Transporte e Acessibilidade da Câmara Municipal de São Paulo para a Copa 2014, de Márcio Luiz França Gomes, secretário estadual de Turismo, representando o governador do estado de São Paulo, e o arquiteto José Wellington Costa, diretor-presidente da Mútua Nacional.

Quatro painéis destacaram a participação da área tecnológica na realização da Copa de 2014. Os profissionais - no palco e na plateia - participaram de um amplo



debate sobre os projetos e empreendimentos voltados para a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Eleições 2011

No site do CREA-SP (www.creasp.org.br) já estão disponíveis as informações sobre o processo eleitoral. É importante a participação de todos. Para facilitar, até o dia 7 de agosto de 2011, os profissionais poderão selecionar a urna mais próxima para votar no dia das eleições.

Atendimento, qualidade e tecnologia: diferenciais que a Leão Engenharia oferece em materiais, obras e serviços.

Sanen. Solidez e tradição em artefatos de concreto e serviços na área de saneamento básico.



Concreto



Pedra



Galeria Celular



Canal "U"



Asfalto Usinado



Leão Engenharia
0800 703 3013
www.leaoengenharia.com



Tubo Circular



Canal "L"



Terraplenagem



Pavimentação



Obras de Arte



Tubo Dóvile



Canal "C"



Data Sanen
Saneamento e Engenharia
0800 703 3013
www.leaoengenharia.com



Acervo de Lina Bo e Pietro Bardi será disponibilizado na web

Pesquisadores e estudiosos da vida e obra de Lina Bo e Pietro Maria Bardi terão, em breve, acesso mais facilitado ao acervo do casal de arquitetos italianos, mais conhecido no Brasil por ter fundado e dirigido o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

(Masp), que desempenhou um importante papel na história da cultura e arte moderna brasileiras. Foi iniciado um processo de catalogação, digitalização e montagem de um banco de dados *on-line* do acervo do Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi. Previsto

para ser concluído em abril de 2012, o projeto é apoiado pela FAPESP por meio do Programa de Apoio à Infraestrutura de Pesquisa, na modalidade Museus e Centros Depositários de Informações e Documentos e de Coleções Biológicas.

Composto por desenhos, fotografias, documentos textuais, publicações e obras de arte erudita e popular, o acervo está abrigado em um imóvel tombado, localizado em São Paulo e conhecido como a Casa de Vidro, que serviu de residência do casal e foi doado em 1995 por Pietro para o instituto para ser sua sede. Até 1999, quando Pietro faleceu, o acesso ao acervo, que abrange diferentes áreas nas quais o casal atuou ao longo

de sua trajetória entre a Itália e o Brasil, era bastante restrito. Mas, apesar de bem guardados, não havia uma catalogação completa dos 7 mil desenhos, 15 mil fotografias e cerca de 6 a 7 mil documentos escritos, além da biblioteca e obras de arte que constituem o acervo.

A partir de 2007, o Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, fundado em 1990 para divulgar e promover a cultura e as artes brasileiras no Brasil e no exterior, iniciou com pessoal próprio um projeto de identificação e catalogação de todo o acervo. Nos últimos dois anos, começou um projeto de registro digital (fotografia) dos desenhos e aquisição de mobiliários, como

arquivos deslizantes, para melhorar as condições de consulta e preservação dos documentos.

Agora o processo de catalogação e digitalização do acervo toma novo fôlego. Estão sendo adquiridos mobiliários, como novos arquivos deslizantes, mesas e cadeiras, para criação de estações de consulta mais adequadas e próximas dos espaços onde os documentos estão guardados, e teve início a montagem de um banco de dados que permitirá aos pesquisadores o acesso pela internet aos principais dados do acervo, incluindo a parte gráfica.

(Fonte: Agência Fapesp - www.agencia.fapesp.br)

Fundações Especiais

**Estacas Escavadas - Strauss
Pré-Moldada - Sondagem e
Tubulões Mecanizados e Manual**



SUPORTE
FUNDAÇÕES

**Tel/Fax: (16) 3916-5705
Celular: (16) 9152-6999
e-mail: sizuki@ig.com.br
Ribeirão Preto – SP**

- Plotagem de desenhos, imagens e fotografias digitais com até 1,5m de largura e resolução de 1.200 dpi, real.
- Todos os tipos de mídias: sulfite, fotográfico, vinil, lona, adesivo, transparente, etc.
- Plotagem 24 h, agendada. Serviços exclusivos para clientes exclusivos.
- Comunicação Banda Larga. E-mail de alta velocidade.
- Serviço rápido de coleta e entrega.

CADservice
Plotagem Just in Time
cadservice@cadplan.com.br

**Onde tem Engenharia e Arquitetura,
também tem CAD**

SL Computação Gráfica
Santa Lidia Computação Gráfica Ltda.

CADplan
ENGENHARIA E INFORMÁTICA
cadplan@cadplan.com.br

- projetos e desenhos de engenharia e de arquitetura
- digitalização e vetorização
- modelagem 3D e maquete eletrônica
- topografia de precisão e geo-referenciamento
- mapas, aerofotos e imagens de satélite
- treinamento e suporte em CAD

**Rua Marechal Deodoro, 414 - tel: 16 3635 9090 - fax: 16 3636 2981
Ribeirão Preto - SP.**

Atendimento Emergencial Ilgu: 16 9128 5555

Segurança jurídica para agropecuária

Antonio Júlio Junqueira de Queiroz*

O novo Código Florestal, da maneira como foi aprovado pela Câmara dos Deputados, tirará da ilegalidade mais de 90% das propriedades rurais do País. Somente no Estado de São Paulo, são 3,7 milhões de hectares, o equivalente a quase metade da área total usada para a produção de cana-de-açúcar no Brasil. Os dados expressam o alto significado da matéria para esta nação, que é a segunda maior provedora mundial do mercado de commodities agrícolas e alimentos. Portanto, é de se esperar que, no Senado, não se repitam as cenas de militância ideológica explícita que permearam e retardaram o seu tumultuado trâmite até agora.

Estamos diante de excelente oportunidade de criar uma eficaz governança sobre as florestas, harmonizando e equilibrando a conservação ambiental com a produção agropecuária. Estes são os objetivos que devem nortear a reforma, acima de interesses político-partidários. É inadmissível perder ou postergar a chance de resolver um problema histórico, que prejudica pequenos, médios e grandes produtores, dificulta a preservação dos ecossistemas e afeta a economia.

É preciso compreender com clareza que o propósito do projeto não é permitir o desmatamento, mas sim preservar o patrimônio produtivo. Esse objetivo é claro no texto do relator do projeto na

Câmara, o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Também é importante entender que, num território com as dimensões e heterogeneidade climática, geológica e ecológica como o brasileiro, é impossível regulamentar por decreto generalista, como quer o Palácio do Planalto, um dos itens cruciais da nova lei: as Áreas de Proteção Permanente, nas quais se localizam encostas e dunas, declives acentuados e margens de rios e lagos. Assim, foi importante a aprovação da emenda (a que causou mais polêmica dentre todos os itens do projeto) que delega essa responsabilidade aos Estados. Espera-se, portanto, que o Senado mantenha a decisão e que a presidente Dilma Rousseff não a vete aosancionar a lei.

Parece lógico que o texto expresse as peculiaridades de cada parte deste imenso Brasil. São Paulo, por exemplo, têm 200 mil hectares concentrados em várzeas e topo de morros, nos quais é produzida parcela relevante do arroz irrigado e dos hortifrutis. Será tão difícil perceber a diferença entre isso e uma área amazônica de cultura da borracha? Ademais, o Estado não desmata há tempos e recuperou 150 mil hectares desde 1970. A agricultura, presente em todos os seus municípios, é o único setor com superávit no comércio exterior paulista (US\$ 12,13 bilhões em 2010). Sem ela, o déficit comercial seria bem maior do

que os US\$ 15,48 bilhões registrados no ano passado. Ou seja, trata-se de algo estratégico para a economia estadual.

O projeto do novo Código Florestal, na forma como foi aprovado pelos deputados federais, tira da ilegalidade 3,7 milhões de hectares produtivos da agricultura paulista. Somente o critério de considerar as APPs para o cálculo da Reserva Legal (RL) oficializa 1,5 milhão de hectares. A consideração da temporalidade (prevista naquela mesma emenda), com anistia para desmates feitos até junho de 2008, foi um ato de justiça e coerência. Não se pode punir hoje os produtores por atos anteriores à existência de uma lei.

Depois da mudança no Código Florestal, os 22 milhões de hectares que constituem a agropecuária paulista terão melhores condições de produção em harmonia com a qualidade ambiental. Ante tal perspectiva, o Estado está preparado para, a partir do novo marco legal, atuar no sentido de garantir a sustentabilidade de suas lavouras, criações, biomas e ecossistemas, com certificação de produtos e processos gerando mais empregos e renda.

Nesse sentido, já existem programas estaduais de melhoria das estradas rurais, que facilitam o escoamento das safras e evitam o assoreamento das várzeas (“Melhor Caminho” e “Pró-Vicinas”)

e o de “Microbacias Hidrográficas”, que busca a sustentabilidade social, ambiental e econômica dos pequenos agricultores. Além disso, estão sendo criados mecanismos de estímulo econômico nas políticas públicas paulistas para remunerar proprietários que prestem serviços ambientais. Como se observa, a ação governamental para o setor rural deve ter o olhar voltado para a terra, que não tem partido ou ideologia.

O novo Código Florestal consolida a atual ocupação do solo pela agropecuária de São Paulo. Não havendo mais a possibilidade de expandir a fronteira, o desafio do Estado consiste na intensifi-

cação do uso do solo. Isso exige processo dinâmico de inovação tecnológica com adensamento das lavouras perenes como no café, laranja e frutas e o plantio de mais de uma safra na mesma área, em especial no revigoramento de pastagens, com integração lavoura-pecuária, e renovação decanaviais para plantio de amendoim e outros alimentos.

A pecuária bovina paulista irá especializar-se na terminação/engorda de animais de alta qualidade genética e as criações em geral serão multiplicadas em granjas avícolas, aquícolas, suínícolas e outros animais. Nessa fronteira, insere-se a agricultura de precisão, como o cul-

tivo em ambiente protegido de verduras e legumes e o aproveitamento integral dos resíduos de qualquer natureza, para cogeração de energia e outros produtos nobres. O dia seguinte à promulgação do Novo Código Florestal corresponderá à abertura do portal do futuro para a agricultura paulista, sob a égide da segurança jurídica.

***Antonio Júlio Junqueira de Queiroz é administrador de empresas e produtor rural. Ocupou interinamente a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo.**



Ligada em você

Tudo em
material elétrico

Tels: (16) **3630.1818**

Fax: (16) 3630.1633

R. Roque Nacarato, 81

Ribeirão Preto-SP

eletronahas@netsite.com.br



Tudo o que a sua obra precisa, tem aqui!



Rua Antônio Fernandes Figueiroa, 1166

Lagoinha - Tel: **4009 3440**

www.concrenasa.com.br

Desenvolvimento sustentável na Conferência Ethos 2011

Evento quer construir agenda de transição para nova economia e influenciar governo sobre projeto nacional de desenvolvimento sustentável

Maior evento de responsabilidade social e sustentabilidade da América Latina e um dos maiores do mundo nesses temas, a Conferência Ethos 2011 apresenta inovações na organização e em seus objetivos.

Este ano, participaram das decisões sobre programação e palestrantes representantes de 35 entidades representantes dos diversos setores da sociedade (empresariais, ambientais, trabalhadores), de pesquisa e educação e de governos. Com isso, a programação estabelecida consegue refletir a visão dessas organizações sobre os temas da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, dar o primeiro passo para construir uma agenda comum de propostas que leve à transição para uma nova economia.

Os pressupostos dessa nova economia estão expressos na “Plataforma Por Uma Economia Inclusiva, Verde E Responsável”, iniciativa do Instituto Ethos e parceiros institucionais (Alcoa, CPFL Energia, Natura, Suzano, Vale e Walmart Brasil), lançada em fevereiro deste ano. De acordo com esse documento, é possível ao Brasil adotar um modelo econômico que promova o desenvolvimento mantendo a integridade ecológica, distribuindo oportunidades capazes de alavancar

inclusão social com respeito aos direitos básicos de todos os seres humanos, num ambiente de confiança e democracia. Para que essa visão se torne realidade, é preciso construir propostas e estabelecer as prioridades ao longo de um período de tempo. E tanto propostas quanto prioridades precisam levar em consideração as demandas e os anseios de todos os setores da sociedade. Por isso, o objetivo da Conferência Ethos 2011 é iniciar o processo de discussão para a construção conjunta da agenda de transição à nova economia inclusiva, verde e responsável.

“A ideia não é estabelecer uma agenda ‘oficial’ de transição”, comenta Paulo Itacarambi, vice-presidente do Instituto Ethos. “Queremos, isso sim, identificar as questões mais importantes, os problemas e as propostas necessárias para a negociação da agenda”, explica ele, que afirma: “O debate continua depois da Conferência. Vamos encaminhar muitas dessas propostas ao governo brasileiro, para integrarem um projeto nacional de desenvolvimento sustentável. Também queremos levar um documento sobre esse tema para a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que vai se realizar no Rio de Janeiro, em 2012”.

Programação

As atividades da Conferência Ethos 2011 foram estruturadas a partir de três vertentes: a discussão sobre crescimento e desenvolvimento; a mudança de paradigmas; e os padrões e métricas utilizados até aqui para medir desempenho da sociedade. Esses três aspectos serão discutidos numa sessão plenária. Depois, serão aprofundados em três mesas-redondas e quatorze painéis temáticos, abordando assuntos como energia, educação para a sustentabilidade, trabalho decente, resíduos sólidos, biodiversidade e novos padrões de produção e consumo, entre outros. Para fechar a programação, no dia 8 de agosto, haverá uma oficina sobre a Rio+20, que visa promover uma reflexão sobre as principais propostas discutidas na Conferência Ethos 2011 que farão parte de um documento de contribuições dos participantes e parceiros organizadores à Rio+20.

Inscrições

As inscrições para a Conferência Ethos 2011 estão abertas e devem ser feitas apenas via internet, no site www.ethos.org.br/ce2011.

O novo DNA do lixo

Não é novidade nas grandes cidades dos países desenvolvidos. Mas também já pode ser observado sem grandes dificuldades nos países em desenvolvimento e não apenas nas metrópoles. O lixo urbano já tem um novo perfil: eletroeletrônicos, lâmpadas, pilhas e baterias são encontrados facilmente entre os descartados.

Segundo o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), "com os avanços tecnológicos – conquistas da sociedade contemporânea – o perfil do lixo urbano vem sofrendo alterações do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

É cada vez mais marcante a presença dos chamados 'resíduos tecnológicos'".

Na mesma proporção, cresce o problema de conscientização, destinação e desenvolvimento de políticas públicas para o encaminhamento desse tipo de lixo.

Na internet, acessando o endereço http://www.cempre.org.br/servicos_eletroeletronicos.php, é possível conhecer a lista de empresas que reciclam os resíduos tecnológicos, como lâmpadas, baterias, eletrônicos etc.

Com informações de www.cempre.org.br



CÁLCULO ESTRUTURAL

- OBRAS INDUSTRIAIS
- OBRAS COMERCIAIS
- OBRAS RESIDENCIAIS

CHAPINI ENGENHARIA CIVIL LTDA.

R. Joaquim A. Nascimento, 59
14.024-180 Ribeirão Preto-SP
Fone: 55 (016) 3623.7663
Fax: 55 (016) 3623.7431
E-mail: chapini@convex.com.br

A segurança de sua obra começa pela **BASE**



MAIS DE 6.000 OBRAS DE FUNDAÇÕES JÁ EXECUTADAS.

- Estacas moldadas "in loco":
 - tipo raiz em solo e rocha.
 - tipo Strauss.
 - escavadas com perfuratriz hidráulica.
 - escavadas de grande diâmetro (estacões).
 - hélice contínua monitoradas.
- Estacas pré-moldadas de concreto.
- Estacas metálicas (perfis e trilhos).
- Tubulões escavados à céu aberto.
- Sondagens à percussão SPT-I.
- Poços de monitoramento ambiental.
- Ensaios geotécnicos.



16 3911.1649

Base

basefund@convex.com.br

Fundação e Seta Engenharia Ltda.

ART 046

ESTE É O NOSSO CÓDIGO

Ao preparar sua ART, não se esqueça de preencher o campo 31 com o código 046. Assim, você destina 10% do valor recolhido para a AEAARP. Com mais recursos poderemos fortalecer, ainda mais, as categorias representadas por nossa Associação.

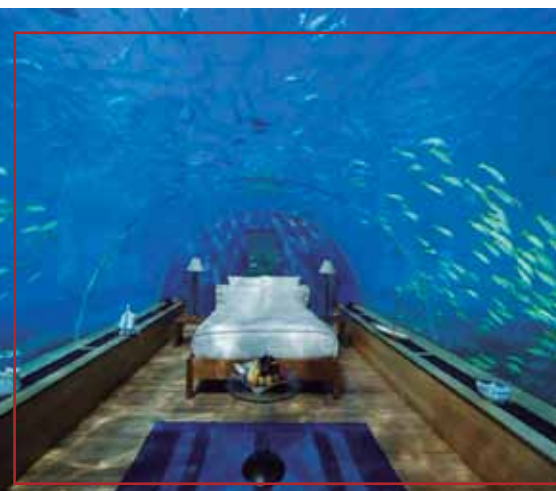
Contamos com sua
colaboração!

A AEAARP fez uma importante adequação no quadro de energia da sede da entidade, adequando as instalações elétricas ao crescimento da sede e consequente ampliação das necessidades, proporcionando também mais conforto para aqueles que usam o prédio

Antes



Depois



Debaixo d'água

O hotel The Conrad Maldives Rangali Island, no Oceano Índico, tem um incrível restaurante debaixo d'água. Para celebrar seu quinto aniversário, o hotel transformou o restaurante em um quarto privado para duas pessoas. O quarto fica a 5 metros para baixo da água e é cercado por vidro transparente. Como o quarto é semi-circular, a vista do ecossistema marinho local é mais impressionante ainda, com 180 graus de visão para observar os recifes de corais e diversos peixes. (Fonte: www.ie.org.br)

Curso

No dia 11 de agosto acontecerá na AEAARP a oficina de trabalho "Construção e implementação de planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos", promovido pela Reúsa. A oficina é direcionada aos gestores públicos municipais. O investimento é de R\$ 390. Os palestrantes vão tratar da gestão de resíduos sólidos, as ações técnicas, jurídicas e administrativas. As inscrições podem ser feitas no site www.reusa.com.br.

NOVOS ASSOCIADOS

Engenharia Agrônoma

Ailton Aparecido Ongilio
Carlos Augusto Lima de Moraes
Julio Cesar de Gasperi Damian

Engenharia de Operação Mecânica

Ophelio Russomano Junior

Engenharia Ind-Mod. Mecânica-Opção Têxtil

Americo Mellagi

Estudante - Arquitetura e Urbanismo

Ana Carolina Cardoso
Carolina Lima Carone
Caroline Ferri Bertolo

Estudante - Engenharia Ambiental

Bruna Aparecida Genari

Estudante - Engenharia Civil e afins

Everton Tiago da Silva
Ivo Ferreira de Sousa Junior



Pequenos espaços

A ideia do arquiteto polonês Jakub Szczesny é aproveitar espaços. Por isso, quando ele viu que havia um beco sobrando entre dois prédios da capital Varsóvia, decidiu que ali devia ser construída uma casa. Como a distância é de apenas 1,5 metro, esta será a casa mais fina do mundo. A moradia terá dois andares, sendo um quarto, um banheiro, uma sala e a cozinha, em aproximadamente 12 metros de profundidade. Szczesny afirmou que ela vai ser habitada somente por artistas. O primeiro morador já foi definido: o escritor israelense Etgar Keret. A previsão de inauguração é em 4 de fevereiro de 2012. (Fonte: www.ie.org.br)

1 pág
anúncio Gráfica
São Francisco



GRUPO
MR&J

Langmuir



ESTRUTURA E QUALIDADE QUE SEU NEGÓCIO MERECE



Tel 16 3620 9717



Tel 16 3919 7577



Tel 16 3442 4008

Rua Marechal Rondon, 436 - SL 02 | Jardim Sumaré
Ribeirão Preto - SP | Tel 16 3620 9717 | www.grupomrej.com.br